

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO Nº , DE 2009.
(Do Sr. Iran Barbosae e da Sra Fátima Bezerra)**

Solicita realização de reunião de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura para debater o tema: Homofobia nas escolas

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvindo o Plenário desta Comissão, se digne tomar as providências para que seja realizada reunião de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura sobre o tema: Homofobia nas escolas.

Para realização desta audiência, sugerimos que sejam convidados:

- Sr. André Lázzaro – Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC;
- Sra. Tatiana Lionço, Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS;
- Sr Carlos Laudari, Diretor da Pathfinder do Brasil;
- Sr Beto de Jesus, Especialista em Diversidade;
- Sra. Perla Ribeiro, Coordenadora Executiva do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CEDECA-DF);
- Sr. Marcos Elias Moreira, Presidente do Conselho Estadual de Educação de Goiás.

JUSTIFICATIVA

A escola é um lugar privilegiado para promover a cultura de respeito às diferenças, à diversidade e de inclusão social, rumo a uma verdadeira democracia em que todos os cidadãos e todas as cidadãs possam conviver com igualdade e sem discriminação.

O papel da escola e do/da profissional de educação nesse processo é fundamental. É através da educação que a promoção dessa cultura pode acontecer da forma mais efetiva, moldando novos valores e atitudes de respeito e paz, desconstruindo velhos e arraigados preconceitos, formando cidadãos e cidadãs que comporão uma sociedade mais justa.

A homossexualidade ainda é um tema cercado de preconceitos em nossa sociedade. O preconceito, de modo geral, surge em razão de falta de conhecimento – sendo esta uma lacuna que compete à escola preencher. E o preconceito, quando colocado em prática, se transforma na discriminação que, inclusive, marginaliza as pessoas cuja sexualidade é diferente da “ortodoxa”.

Na pior das situações, a consequência dessa discriminação da sexualidade não ortodoxa é a expulsão pela família, a rejeição pelos colegas, a evasão escolar, a resultante falta de qualificação para o mercado de trabalho, a discriminação na busca por emprego e, para alguns, a prostituição como uma última alternativa de sobrevivência, com toda a vulnerabilidade social e pessoal que esta situação acarreta.

Menos visível, mas não menos pesado para muitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), é o isolamento social decorrente da reação de outras pessoas do convívio social diante da homossexualidade, ou oriundo do próprio medo de se assumir enquanto homossexual, preferindo o afastamento social ou a ocultação da própria orientação sexual à temida rejeição. Em alguns casos, essa situação pode levar as pessoas a se suicidarem.

Estudos publicados nos últimos cinco anos vêm demonstrando e confirmando cada vez mais o quão a homo-lesbo-transfobia (medo ou ódio irracionalmente às pessoas LGBT) permeia a sociedade brasileira e está presente nas escolas. A pesquisa intitulada “Juventudes e Sexualidade”, realizada pela Unesco no ano 2000 e publicada em 2004, foi aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras. Na pesquisa, 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento o suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula.

O estudo “Revelando Tramas, Descobrendo Segredos: Violência e Convivência nas Escolas”, publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica

Latino-Americana, traz uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores do Distrito Federal, e aponta que 63,1% dos entrevistados em uma escola alegam já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos professores também afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas; e 44,4% dos meninos e 15% das meninas afirmam que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula.

A pesquisa “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar” realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e também publicada em 2009, é uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, e revela que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual.

A Fundação Perseu Abramo publicou em 2009 a pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais”, que demonstra que 92% da população reconhece que existe preconceito contra LGBT e que 28% reconhece e declara o próprio preconceito contra LGBT, percentual este cinco vezes maior que o preconceito contra negros e idosos, também identificado pela Fundação.

Essas diversas e conceituadas fontes deixam claro que há muito o que fazer para diminuir a homo-lesbo-transfobia, e um dos lugares que mais pode influenciar positivamente nesse processo é a escola. Muito trabalho também já vem sendo feito nessa área e é importante destacar aqui as recomendações aprovadas da [Conferência Nacional de Educação Básica](#) em relação à diversidade sexual, dentre as quais citamos:

- evitar discriminações de gênero e diversidade sexual em livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas;
- ter programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade;
- promover a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar;
- evitar o uso de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória em material didático-pedagógico;
- inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas.

A Conferência Nacional LGBT (2008), também aprovou 561 recomendações para políticas públicas para LGBT em diversas áreas, as quais foram sistematizadas

no [Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT](#), lançado em 14 de maio de 2009. O Plano prevê cinco ações a serem executadas pelo Ministério da Educação e será mais uma ferramenta para promover a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas.

A Audiência Pública proposta tem o objetivo de apresentar e disseminar as informações das pesquisas mencionadas acima, bem como apresentar as políticas públicas propostas para a reversão desse quadro, visando promover a conscientização e o debate acerca do tema no Congresso Nacional e nos meios de comunicação.

Iran Barbosa

Deputada Federal PT/SE

Fátima Bezerra

Deputada Federal PT/RN